

Japão exige maior poder no BID

Montreal — O Japão tirou finalmente as luvas e exigiu uma faixa maior do poder de voto e maior representação administrativa no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), após ter conseguido a posição número dois no Banco Mundial. A exigência foi colocada por Toyoo Gyohten, assessor especial do ministério japonês de Finanças, e causou um reboliço na 31ª Assembléia Anual do BID, que se realiza em Montreal.

O diretor-executivo para a Argentina no BID, Jorge Sakamoto, revelou que o Japão ambiciona uma cadeira na diretoria, onde atualmente compartilha uma representação com outros sete países doadores extra-regionais.

Os 17 países doadores extra-regionais têm duas cadeiras, que são rotativas, na diretoria de 12 membros e, há anos, buscam uma

terceira representação para ter mais voz na condução diária dos assuntos do banco.

Maior acionista

Atualmente, o Japão é o maior acionista entre os membros não-regionais, com 1,1% do poder de voto. Estados Unidos, com 34,5%, e Canadá, com 4,38% são os únicos donos absolutos de cadeiras na diretoria-executiva, onde os latino-americanos têm oito postos.

Os 17 países não-regionais — inclusive Israel, Japão e 15 países europeus — têm no total menos de 8% do poder de voto no BID mas, através de seus mercados de capitais, contribuem com 70% dos fundos operacionais do banco, quase a metade dos quais é tomada no mercado do Iene.

Paralelamente, o Japão incrementou suas contribuições de fun-

dos oficiais, e Gyohten anunciou uma contribuição de 5,5 bilhões de ienes (US\$ 34 milhões) ao Fundo Especial Japonês (FEJ) neste ano fiscal.

O FEJ foi criado em 1988 com recursos iniciais de 3,5 bilhões de ienes, e o Japão acrescentou mais 4,5 bilhões em 1989. Seu objetivo é financiar estudos que permitam aos países da América Latina e do Caribe apresentar projetos viáveis para conseguir empréstimos do BID.

Gyohten anunciou também uma doação de 60 milhões de ienes (US\$ 37,5 milhões) para iniciar um fundo de bolsas orientado para promover o desenvolvimento de recursos humanos na América Latina e no Caribe, e uma ampliação do cofinanciamento com o BID por parte do Eximbank e do Fundo de Cooperação Econômica de Ultramar.